



As contribuições do acompanhamento psicopedagógico na educação superior

The contributions of psycho-pedagogical follow-up in higher education

Recebido: 17/08/2021 | Aceito: 09/11/2021 | Publicado: 20/12/2021

Eunice Nóbrega Portela¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2706-5448>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4499951422512139>
Universidade de Brasília, UnB, DF, Brasil
E-mail: eunicenp65@gmail.com

Dirce Maria da Silva²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5714-1419>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7836053563578154>
Centro Universitário Unieuro, UNIEURO, Brasil
E-mail: dircem54@gmail.com

Resumo

A psicopedagogia em instituição de ensino superior caracteriza-se por trabalho que permite mediar problemas no processo de ensino ao buscar melhorar as relações de aprendizagem, auxiliando no processo de adaptação e desenvolvimento da autonomia e outras dificuldades apresentadas pelos discentes no decorrer de sua formação acadêmica. O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do acompanhamento psicopedagógico em instituições de ensino superior no auxílio a problemas de adaptação e dificuldades de aprendizagem dos acadêmicos, compreendendo o contexto histórico da psicopedagogia no Brasil e as contribuições da psicopedagogia no processo de adaptação e da aprendizagem dos acadêmicos. O problema que buscou-se investigar foi: Quais as contribuições da psicopedagogia no processo de adaptação acadêmica e da aprendizagem com discentes na educação superior? A metodologia utilizada foi exploratório-descritiva e bibliográfica, de abordagem qualitativa. O estudo evidenciou que o atendimento psicopedagógico contribui no processo de aprendizagem, adaptação e permanência do acadêmico, o que contribui também para fortalecer a política de inclusão e democratização no acesso e permanência, com sucesso, dos ingressantes na educação superior.

Palavras-Chave: Ensino Superior. Psicopedagogia. Acompanhamento Psicopedagógico.

Abstract

¹ Doutora em Educação com ênfase em Psicologia Social pela Universidade de Brasília. Professora universitária. Administradora Educacional. Consultora Empresarial. Gestora. Pesquisadora.

² Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Violência com ênfase em Políticas Públicas pelo Centro Universitário Euroamericano/DF. Professora universitária. Bacharel em Administração. Especialista em Gestão Pública e Negócios. Pesquisadora.



Psychopedagogy in a higher education institution is characterized by work that allows mediating problems in the teaching process by seeking to improve learning relationships, helping in the process of adaptation and development of autonomy and other difficulties presented by students during their academic training. This paper aims to analyze the importance of psychopedagogical monitoring in higher education institutions to help students with adaptation problems and learning difficulties, understanding the historical context of psychopedagogy in Brazil and the contributions of psychopedagogy in the adaptation and learning process of academics. The problem we sought to investigate was: What are the contributions of psychopedagogy in the process of academic adaptation and learning with students in higher education? The methodology used was exploratory-descriptive and bibliographical, with a qualitative approach. The study showed that psychopedagogical care contributes to the process of learning, adaptation and permanence of the academic, which also contributes to strengthening the policy of inclusion and democratization in the successful access and permanence of those entering higher education.

Keywords: Higher Education. Psychopedagogy. Psychopedagogical Monitoring.

I. Introdução

A Psicopedagogia é o campo que estuda a relação entre aprendizagem e a mente humana em seus diferentes processos. Ela se ocupa dos aspectos cognitivos, emocionais e psicossociais que possam ter correlação com problemas apresentados pelos discentes nas diferentes etapas do aprender a aprender.

Seus fundamentos são oriundos da Psicologia educacional e em seu campo de atuação, a Psicopedagogia busca compreender o processo de aprendizagem humana, para identificar soluções para problemas que ocorrem neste processo, a fim de auxiliar o sujeito em sua superação.

A psicopedagogia teve início em 1946 na Europa, com J. Boutonier e George Mauco, que criaram os primeiros Centros Psicopedagógicos, compostos, à época, por médicos e pedagogos. Os Centros conectavam conhecimentos da área de Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, buscavam readaptar crianças com comportamentos socialmente inadequados e com dificuldades de aprendizagem, independente de terem alguma deficiência intelectual ou motora, física ou sensorial (BOSSA, 2000).

A Psicopedagogia surge com uma ação subsidiada da Medicina e da Psicologia, que, segundo Bossa (2000), com o passar dos anos, ganhou autonomia e tornou-se um campo de estudo independente denominado de processo de aprendizagem, de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios.

A psicopedagogia chegou ao Brasil, na década de 1970, inspirado no modelo argentino, como uma alternativa para resolver as dificuldades de aprendizagem, que eram preocupantes e diagnosticadas como disfunção cerebral mínima (DCM), um distúrbio neurocomportamental caracterizado por desordem de aprendizagem em crianças e adolescentes.



Atualmente tem sido uma dificuldade que requisita intervenção psicopedagógica em situações em que se percebe dificuldade de assimilação de conhecimento, não adaptação a novos contextos de aprendizagem, ou ainda, em que se requeira mudança de comportamento e desempenho acadêmico.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância do acompanhamento psicopedagógico em instituições de ensino superior, como auxílio para resolução de problemas de adaptação e dificuldades de aprendizagem dos acadêmicos, partindo do percurso histórico de desenvolvimento da compreensão da psicopedagogia no Brasil e as contribuições da área no processo de adaptação e aprendizagem.

O problema que buscou-se investigar foi: Quais as contribuições da psicopedagogia no processo de adaptação acadêmica e da aprendizagem com discentes na educação superior?

A importância do estudo se dá, sobretudo porque, considerando o crescimento significativo do número de alunos ingressantes nas instituições de Ensino Superior no país, com idades que variam entre 17 a 20, principalmente às particulares, é natural que boa parte desses estudantes adentrem à universidade sem a maturidade necessária ao contexto da educação superior, que exige maior autonomia por parte do aluno, o que pode gerar dificuldades de ordem e motivos diversos, por problemas cognitivos, emocionais ou afetivos, criando quadros de inadaptação nesse nível de escolaridade, assunto ainda não tão estudado neste nível de ensino e aprendizagem.

II. Metodologia

Segundo Richardson et al (1999) o método é o caminho ou maneira para se chegar a um determinado fim.

Na concepção de Demo (1987), a metodologia é um caminho para a ciência abordar a realidade teórica e prática e também uma forma de comunicar sobre os procedimentos lógicos voltados para temas da realidade.

Partindo desse conceito inicial, o método escolhido para o desenvolvimento deste estudo foi o dedutivo, que irá nos auxiliar a validar as suposições a serem confirmadas (GIL, 1999; CERVO; BERVIAN, 2002; TRIVIÑOS, 1987).

Considerando o objetivo a ser alcançado, este estudo caracterizou-se como exploratório e descritivo. Conforme Gil (1999) a pesquisa exploratória tem como objetivo pesquisar um problema do qual temos poucas informações.

Os dados coletados são predominantemente descritivos e foram analisados na abordagem qualitativa. Segundo Bogdan & Biklen (2003), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada e as fontes pesquisadas.

Essa pesquisa justifica-se pelo fato de ainda ser pouco conhecida a prática e as contribuições da psicopedagogia na educação superior. De acordo com Almeida e Silva (2005) durante muito tempo pensou-se que a problemática do insucesso escolar fosse uma questão exclusiva da Educação Básica, nível escolar contemplado desde sempre pela Psicopedagogia. Todavia, a literatura aponta para



uma necessidade de ampliar tais pesquisas para a área do ensino superior, devido às dificuldades de aprendizagem nesse âmbito do processo de escolarização contexto em que se relatam também a presença das dificuldades de aprendizagem e adaptação.

Este artigo científico apresenta o seguinte ordenamento: I. Introdução; II. Metodologia; III. O Contexto Histórico da Psicopedagogia no Brasil; IV. Contribuições da Psicopedagogia no Processo de Adaptação e da Aprendizagem dos Acadêmicos; V. Considerações Finais e VI. Referências.

III. O CONTEXTO HISTÓRICO DA PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL

Nos primórdios, o trabalho do Psicopedagogo estava basicamente relacionado a intervenções no campo da Educação Infantil. O contexto do Ensino Superior é pautado na perspectiva andragógica, que requer autonomia e aprendizagem continuadas ao longo de toda a vida. A palavra Andragogia, é de origem grega - *andrós*, homem e *gogos*, guiar ou conduzir, e refere-se à educação dos adultos, em oposição à Pedagogia, ciência da educação de crianças.

Fazendo alusão aos estudos de Cavalcante e Gayo (2005) sobre educação de adultos, entende-se que os estudantes universitários, em sua maioria, estão entrando na fase adulta, e necessitam de desafios. Porém, mais do que ficar ouvindo ou assistindo, passivamente, precisam aprender a gerir seu aprendizado e desenvolvimento profissional. Requerem metodologias que potencializem o aprendizado e valorizem seus conhecimentos prévios, porque são sujeitos centrais do seu processo de ensino-aprendizado.

Dessa forma, dificuldades identificadas na construção do conhecimento por parte de estudantes do Ensino Superior, na atualidade, precisam suscitar mais reflexões a respeito dos problemas de aprendizagem por parte dos alunos e pesquisas concernentes à necessidade e importância do assessoramento psicopedagógico no acompanhamento institucional e clínico individualizado, por parte de docentes e profissionais do Ensino Superior, pois o fenômeno educativo é complexo e multidimensional. Nele estão presentes, tanto a dimensão humana, técnica e cognitiva, quanto a emocional, sociopolítica cultural. Por isso a necessidade da Psicopedagogia, que pode atuar de forma interdisciplinar, buscando intervir sobre problemas que devem ser tratadas ou prevenidos.

O Ensino Superior no Brasil está vinculado à definição dos objetivos concernentes ao nível, expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que apresenta em seu Capítulo IV um conjunto finalidades que regem a Educação Superior no país, que devem ser asseguradas por avaliação da qualidade pelo Ministério da Educação, que em consonância aos órgãos responsáveis criaram instrumentos e parâmetros norteadores como forma de assegurar padrões mínimos de qualidade à Educação Superior brasileira (CASTRO, 2011).

Em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – foi instituído com a Lei nº 10.861, trazendo parâmetros de normatização para promover melhoras. Segundo Castro (2011), a orientação da expansão da oferta

está condicionada ao aumento da eficácia institucional e da efetividade acadêmica, além da expansão dos compromissos e responsabilidades sociais. O SINAES reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – (ENADE), das Avaliações Institucionais e dos Cursos de Graduação, que são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de Ensino Superior e para embasar políticas públicas. Os dados são de utilidade à sociedade e a estudantes, pois servem de referência quanto às condições de cursos e instituições (SINAES, 2004).

Ficou estabelecido no Artigo 3º do Sistema Nacional de Avaliação, que,

a forma de avaliação das Instituições de Educação Superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação de tais instituições, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente, as políticas de atendimento aos estudantes (SINAES, 2004, Art. 3º)

Além da competência de executar regulamentações, ajustando-se às determinações, a instituição de Ensino Superior deve ser capaz de ir além da simples transmissão de conhecimentos acumulados, pois precisa ser capaz de direcionar, de forma crítica e crítica os graduandos para formação plena e cidadã.

De acordo com Bissoto (2015), as instituições devem trabalhar para além das disciplinas técnicas e profissionais, ao incentivar formação autônoma e social, de forma produtiva e ética.

Nesse sentido, Castro (2011) nos diz que o Ensino Superior contempla educação voltada para a formação profissional cujos educandos são adultos capazes de tomar decisões, fazer escolhas e direcionar suas ações para perseguir seus objetivos. Atrelado a isso, estão as discussões que devem acompanhar os Parâmetros Curriculares para da Educação Superior, que sinalizam para a concepção de uma educação que deve buscar a excelência e da qual são exigidas competências e habilidades necessárias por parte dos egressos da Educação Superior das diversas áreas do conhecimento.

Entretanto, em nosso país, ao adentrarem no ensino superior, os jovens trazem dificuldades típicas de alunos que percorrem os anos escolares aprendendo a responder apenas o que a escola pede e ao serem desafiados e solicitados a utilizarem mecanismos de reflexão e não de memorização e reprodução, estes estudantes sentem grande dificuldade, o que se alia ao fato de ao acadêmico ingressante não ser concedido período de preparação para a vida universitária. Nas instituições particulares, pode-se dizer que é o primeiro semestre o período que determina a adaptação, permanência, continuidade, ou desistência do estudante ingressante na instituição e curso escolhido.

Embora saibamos que o conhecimento enciclopédico acumulado seja de indispensável importância e esteja atrelado à questão do desenvolvimento das capacidades cognitivas individuais, é necessário que no processo de compreensão, aquisição e construção do conhecimento no período escolar, em qualquer nível, haja correlação com a capacidade de sentir, pensar, entender e reconstruir

conhecimentos, com objetivos voltados à produção de saberes comprometidos com a melhoria da qualidade de vida. Assim, o ensino-aprendizagem deve apoiar-se tanto nas políticas e nas capacidades de autorregulação, quanto no desenvolvimento motivacional.

Segundo Berbel,

Deve-se estimular a educação e o autodesenvolvimento, fazendo com que o estudante desenvolva a capacidade de analisar situações diversas, enfatizando a capacidade de entendê-las, bem como enfatizando a solução de problemas e o alcance de objetivos de aprendizagem, em consonância com o perfil psicossocial da comunidade em que está inserido (BERBEL, 2011, p. 4).

Nesse sentido, é fundamental que o discente possa se ver não apenas como receptáculo de conteúdos e valores preestabelecidos, pois tal mentalidade não mais coaduna com os modernos valores requeridos à formação acadêmica de nível superior.

Mas, aprendizado e dificuldades podem não ocorrer, ou não se manifestar de forma tão evidente, e por essa razão, trazemos neste trabalho reflexões sobre a necessidade da Psicopedagogia ao ambiente acadêmico, bem como da importância de trabalho psicopedagógico especializado no acompanhamento aos discentes, no intuito de auxiliar na promoção da aprendizagem.

Quanto ao surgimento da Psicopedagogia, datam da década de 1940 os primeiros centros psicopedagógicos com direção pedagógica e médica, na Europa, fundados por J. Boutonier, psicóloga e psicanalista e George Mauco, psicanalista, ambos franceses. A Psicopedagogia deu-se pela junção da Psicologia, Medicina e Pedagogia e tinha como objetivo a reabilitação de crianças com comportamentos inadequados na escola ou em casa (ALMEIDA, 2010).

Há algumas décadas, segundo Almeida (2010), os transtornos de aprendizagem eram tidos em consequência de problemas orgânicos apenas, afirmação embasada nos estudos teóricos de Doris J. Johnson (1983) sobre os distúrbios de aprendizagem, que atribuía tais problemas a disfunções neurológicas, tão somente, fazendo com que ocorrências de ordem sociopedagógicas acabassem ficando encobertas, com dificuldades atribuídas unicamente à inaptidão do aluno.

Atualmente a área lida com a compreensão e o tratamento dos problemas de aprendizagem, ampliando o foco através da contribuição de diversas outras áreas do conhecimento como a Didática, Linguística, Psicanálise, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Neurologia, Antropologia, entre outras, projetando o termo Psicopedagogia para além da mera junção vocabular, denotando significação mais complexa que a simples aglomeração de palavras, por ser multidisciplinar quanto à área de formação, mas possuir visão independente quanto ao objeto de estudo, que é o ser humano e a construção do conhecimento.



IV. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E DA APRENDIZAGEM DOS ACADÊMICOS

Em nosso país, tomando-se como norte a concepção ontológica de problemas de aprendizagem, se iniciaram, a partir de 1970, cursos de formação de especialistas em Psicopedagogia na Clínica Médico-Pedagógica de Porto Alegre, com a duração de dois anos. Nesse início, dificuldades de aprendizagem eram associadas tão somente à disfunção neurológica, denominada disfunção cerebral mínima (DCM), fator que ajudava a camuflar problemas sociopedagógicos (BOSSA, 2000).

Sampaio (2006) afirma que o nosso país recebeu influências americanas e europeias através da contribuição de profissionais argentinos como Sara Paín, Jacob Feldmann, Ana Maria Muniz e Jorge Visca, para o desenvolvimento da área psicopedagógica, sendo este último, um dos maiores contribuintes da difusão da psicopedagogia no Brasil.

Visca é o criador da Epistemologia Convergente, linha teórica que utiliza da integração de três linhas da Psicologia: a Escola de Genebra com a Psicogenética de Piaget, a Escola Psicanalítica de Freud, e a Escola de Psicologia Social de Enrique Pichon Rivière, mais sociointeracionista, com perspectiva de aprendizado determinado pelas influências que se sofre dos meios socioculturais.

A Psicopedagogia possui duas principais áreas de atuação: a clínica e a institucional. O psicopedagogo clínico atende pacientes individualmente, sejam eles crianças, adolescentes ou adultos para diagnosticar situações e processos que podem estar dificultando a aprendizagem, sejam eles cognitivos, emocionais ou pedagógicos. O trabalho clínico consiste em desenvolver estratégias e ações com o objetivo de promover mudanças comportamentais e facilitar os processos de assimilação de conteúdo.

O trabalho do psicopedagogo clínico pode ter caráter preventivo ou interventivo (de avaliação, diagnóstico e intervenção), e pode utilizar métodos diversos para tentar conduzir à aprendizagem. Segundo Barbosa (2001), o método clínico psicopedagógico pode utilizar diferentes enfoques teóricos, sendo o mais comum o “diagnóstico pedagógico”, voltado ao ensino-aprendizagem-avaliação. Outros enfoques seriam o “enfoque do potencial de aprendizagem”, que identifica pontos fortes e habilidades usados para conduzir a mediação; o “enfoque condutor”, que estuda a aprendizagem por condutas medidas por estímulo-resposta; além do enfoque “psicométrico ou psicotécnico”, usado para quantificar fatores da inteligência como prognóstico de desempenho futuro.

O profissional irá se empenhar para identificar as causas dos problemas de aprendizagem usando instrumentos próprios da Psicopedagogia através do diagnóstico, feito por instrumentos como provas operatórias (de Piaget), provas projetivas (desenhos), histórias, material pedagógico ou diálogo, que irá identificar as causas dos problemas. O diagnóstico poderá confirmar ou não as suspeitas do psicopedagogo, identificando dificuldades de aprendizagem, mas poderá também identificar outros problemas. Dependendo do que for identificado ele poderá indicar



um psicólogo, um fonoaudiólogo, um neurologista, ou outro profissional, a depender do caso (BARBOSA, 2001).

O Psicopedagogo institucional deverá atuar como um mediador junto aos diversos grupos e segmentos da instituição, identificando sintomas e dificuldades, organizando projetos de prevenção, fazendo a mediação entre grupos, transformando queixas em pensamento reconstrutivo, criando espaços de escuta, fazendo encaminhamentos, sempre com foco no processo ensino-aprendizagem (QUINTANA, 2004).

O profissional Psicopedagogo poderá também auxiliar na elaboração de projetos de apoio e orientação a professores. De acordo com Bossa (2000), além de realizar diagnóstico institucional para identificar se o problema está na instituição, o Psicopedagogo Institucional deve observar e avaliar se os objetivos da instituição estão em consonância, com as políticas setoriais, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Pedagógico (PPP), no auxílio à condução do processo de ensino-aprendizagem e à garantia de sucesso de seus estudantes.

Quanto à legislação profissional, no Brasil, só poderão exercer a profissão de Psicopedagogo os portadores de certificado de conclusão em curso de especialização em psicopedagogia em nível de pós-graduação expedido por instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da lei vigente - Resolução 12/83, de 06/10/1983 - que forma os especialistas, no caso, os "especialistas em psicopedagogia" ou psicopedagogos.

Durante muito tempo pensou-se que a problemática do insucesso escolar fosse uma questão exclusiva da Educação Básica, como a Psicopedagogia vinha estudando. No entanto, a literatura aponta para uma necessidade de mudança de pontos de vista, ao relatar a presença das dificuldades de aprendizagem em todos os níveis educacionais.

De acordo com Almeida e Silva (2005),

literatura indica a ação psicopedagógica voltada primordialmente para a etapa da infância, o que é desejável considerando-se uma abordagem preventiva. Porém, pouco se tem avançado na criação de propostas alternativas de intervenção para adolescentes e adultos jovens, pessoas que, de alguma forma, conseguiram prosseguir em sua carreira acadêmica, apesar dos obstáculos encontrados no percurso, mas que em determinado momento sentem-se incapazes de continuar sem auxílio (ALMEIDA & SILVA, 2005, p. 46).

A busca por uma educação de excelência no Ensino Superior pressupõe, além de investimentos na infraestrutura, biblioteca e laboratórios, investimentos na formação docente e ações direcionadas ao desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos, campo de ação do Psicopedagogo (CASTRO, 2011).

Infelizmente, muitas instituições ainda desconhecem as reais funções de um Psicopedagogo Institucional. A fim de esclarecê-las, Quintana (2004) refere que:

Um psicopedagogo institucional teria como funções: atuar com os professores, grupos, equipes, diretores, administrando ansiedades e conflitos relacionados com a atividade ensino aprendizagem; identificando sintomas e dificuldades; organizando projetos de prevenção e desenvolvimento; clareando tarefas e papéis; criando estratégias para o exercício da autonomia; fazendo a mediação entre grupos, subgrupos; transformando queixas em pensamento transformador e reconstrutivo; criando espaços de escuta; fazendo encaminhamentos de estruturação significativa, sempre tendo como meta principal o processo ensino aprendizagem (QUINTANA, 2004, p. 4).

A entrada no mundo acadêmico provoca mudança radical na vida do jovem, por exigir respostas adaptativas frente a um conjunto de situações desafiadoras relacionadas ao gerenciamento da própria vida, segundo Gottlieb, Still & Newby-Clark (2007), mas é percebida também como algo que produz crescimento pessoal.

Ferrari e Candi (2005), em estudo intitulado “Investigação Psicopedagógica das Dificuldades de Aprendizagem no Ensino Superior”, ao pesquisar sobre adversidades nesse nível de ensino, observou que os seguintes fatores podem interferir de forma positiva ou negativa na aprendizagem: (1) Motivação que o acadêmico tem para estudar, (2) Estrutura da personalidade do acadêmico, (3) Adaptabilidade ao mundo universitário, (4) Ação de relacionar teoria e prática, (5) Relação professor-aluno, (6) Condições socioeconômica do acadêmico e a (7) Opção pelo curso.

De acordo com as autoras esses elementos devem fazer parte do arcabouço conceitual e pragmático das atividades psicopedagógicas das instituições de Ensino Superior no intuito de maximizar a construção da aprendizagem, aumentando as chances de sucesso acadêmico, o que pode evitar estresse por possíveis frustrações iniciais, sentimentos de decepção e até de abandono do curso.

Em sua pesquisa na área da Psicologia Escolar, Teixeira *et all* (2008) também analisa alguns desses mesmos fatores no estudo “Adaptação à Universidade em Jovens Calouros”. Sua pesquisa destaca o quesito “motivação”, vem junto com a alegria pelo ingresso no Ensino Superior, mas traz também certo desamparo gerado pela experiência de perda de referências anteriores. Ter que lidar por conta própria com grande volume de exigências acadêmicas e administrativas é experiência que pode provocar sentimentos de estar perdido, gerando desmotivação.

Assim, o envolvimento na instituição com atividades acadêmicas não obrigatórias como projetos, grupos de pesquisas, iniciação científica e mesmo as semanas acadêmicas e grêmios estudantis, podem ser integradoras, pois, além de exigirem responsabilidade, oportunizam contato com outros acadêmicos e outros professores, melhorando a capacidade de entender e tolerar eventuais frustrações iniciais.

São raras as pesquisas que versam sobre motivos de escolha de cursos. Nogueira (2007), nos diz que é necessário que se investigue com mais detalhe as

variações no comportamento individual diante da escolha dos cursos superiores, mas vê-se que a grande maioria dos alunos se antecipa à seleção do vestibular e se auto seleciona, adequando sua ambição às suas possibilidades objetivas.

A relação professor-aluno, na educação superior é de fundamental importância, todavia, deve-se observar que está sujeita a normas, escolhas pedagógicas, objetivos dos alunos, dos professores e do curso, critérios de avaliação e convenções que nem sempre são estabelecidas só pelos professores e alunos, mas também pela gestão do curso, e, algumas delas, pela legislação vigente no País (RONCAGLIO, 2004).

Esse “contrato didático”, reafirma a concepção de instituições de educação superior como instituições sociais, que têm como responsabilidade a formação do sujeito não só por meio de ensino, pesquisa e extensão, mas também pela transmissão cultural, visão que vai ao encontro da finalidade da educação superior expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, especialmente no seu Art. 43.

A concepção construtivista, de acordo com Carrara (2004), nos diz que o ensino não consiste em transmitir conhecimentos acabados, mas oferecer ajuda para que cada aluno consiga construir as aprendizagens básicas estabelecidas no currículo escolar. Dessa forma, a centralidade da aprendizagem está no aluno, sujeito ativo da aprendizagem, com o educador atuando como mediador.

É consenso que o aprender envolve a produção de mudanças nos conceitos prévios e tal aprendizagem serve para continuar aprendendo. Para que haja aprendizagem é necessário que o educando tenha disposição para aprender, pois a simples memorização arbitrária e literal será considerada mecânica. Conforme Maluf (2008), o conteúdo deve ser aprendido de forma lógica e psicologicamente significativa, fator relevante à educação superior, tendo em vista a necessidade do desenvolvimento da autonomia nos discentes neste nível de ensino.

No ensino superior existe a preponderância das Metodologias Ativas de ensino-aprendizagem, didática voltada para um processo que envolve mais reflexão e participação na formação por parte do aluno universitário, privilegiando o construtivismo do processo de aprendizagem. Dentre umas das Metodologias Ativas mais utilizadas está a problematização, que tem como objetivo instigar o estudante mediante problemas, pois assim ele tem a possibilidade de examinar, refletir e posicionar-se de forma crítica (BORGES & ALENCAR, 2014).

Na Educação Superior, o binômio teoria e prática leva em consideração o conceito de aprendizagem significativa de Rogers (1988), destacando-se que a aprendizagem é mais que a acumulação de conhecimento, pois provoca mudança no comportamento do sujeito, reordenando ações determinadas por novos elementos da vivência.

O amadurecimento do jovem é gradual, característico e intenso, e o ingresso na universidade é o momento que ele percebe que a fase difícil ainda não foi superada, está apenas recomeçando, numa nova circunstância (AZEVEDO & FARIA, 2006). Nesse sentido, a Psicopedagogia, que tem como objeto de pesquisa o ser humano e a construção do conhecimento, deve auxiliar o sujeito em sua superação, sendo preciso que as instituições educacionais, nos diversos níveis de



ensino, possuam um profissional com competência para atuar junto aos professores e aos alunos mediando os problemas que possam vir a ocorrer na situação de ensino/aprendizagem.

O Psicopedagogo pode ajudar o iniciante a aproveitar o máximo seus estudos, auxiliá-lo a entender a dinâmica institucional e a se ajustar às novas condições de ensino e aprendizagem. Pode também identificar as deficiências de formação do aluno ingressante e providenciar atividades para promoção do nivelamento desse aluno condizentes com a proposta da instituição e do curso de graduação (CASTRO, 2011).

O diagnóstico e a abordagem psicopedagógicas na Educação Superior proporcionam medidas permanentes de atendimento aos alunos, incluindo orientação acadêmica no que diz respeito à sua vida escolar e à sua aprendizagem, e também podem, de acordo com Castro (2011), contribuir para a orientação metodológica e didática junto aos professores e à abordagem acadêmica, principalmente para os alunos dos primeiros e segundos períodos. Os trabalhos devem ser conduzidos de forma personalizada assegurando o sigilo absoluto como forma de preservar a identidade do participante.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação, de modo geral, lida com anseios e expectativas também; com aspirações, fantasias, e com a individualidade, o que pode ocasionar choque de adaptação a novos valores e o caráter não controlável do porvir pode ser causador de ansiedades.

Ao realizar atendimento psicopedagógico nas instituições de educação superior, oportuniza-se ao acadêmico espaço de apoio, escuta sensível e reflexão individual ou coletiva, incentivando assim a utilização de suas potencialidades e a busca de soluções para os problemas de aprendizagem e adaptação ao novo nível de escolaridade ingressada.

Compreendemos que existem fatores genéticos que pode determinar o potencial do indivíduo, que pode ou não se desenvolver, de acordo com os meios e condições, pois o meio, entendido como o conjunto de influências e estímulos ambientais, exige a mudança de padrões de comportamento. Assim, ao Psicopedagogo é requisitado a intervenção, de forma a facilitar a interrelação entre os sujeitos e o volume de novas competências com as quais os alunos têm que lidar no processo de aprendizagem e adaptação dentro dos novos ambientes acadêmicos nos quais se encontram.

Hoje, boa parte dos acadêmicos da educação superior adentram no Ensino Superior ainda adolescentes e a dependência psicológica com relação aos pais pode ter reflexos no processo de adaptação no ensino superior, porque demanda um grau maior de autonomia e maturidade por parte do jovem ingressante. A psicopedagogia pode contribuir de forma interventiva, passando a fazer parte da rede apoio à família e amigos, e orientando na forma como o estudante lida com o cabedal de novas informações e sentimentos no novo nível escolar.



A maneira como o universitário se relaciona no ambiente acadêmico é determinante, logo, é necessário que haja a construção de sentido partilhado, que ajuda a desenvolver estratégias de ajustamento, sendo a formação de redes de apoio afetivo e acadêmico, essenciais no processo de aprendizagem e de adaptação ao ambiente educativo.

O aprender na Educação Superior requer práticas, pesquisas e interações que exigem esforço de adaptação por parte do aluno ingressante, que requer, para alguns, o apoio psicopedagógico na proposição de maneiras voltadas ao aprender ao longo do curso e da vida, vinculadas a uma interação em que seja possível compreender, de fato, a aprendizagem como um processo de emancipação humana, pois deve procurar romper o paradigma da transmissão unilateral de conhecimento.

A psicopedagogia é serviço de apoio especializado àqueles acadêmicos com maiores dificuldades de adaptação, seja por não conseguirem fazer amigos, por não conseguirem se organizar para dar conta das exigências acadêmicas ou mesmo por apresentarem outros problemas pessoais que possam interferir no funcionamento cotidiano acadêmico, como depressão, solidão, estresse; ou ainda, problemas de aspectos específicos, pessoais ou contextuais, e para um ensino superior com mais qualidade, mais inclusão e mais democrático, na medida em que contribui para a qualidade e permanência do estudante nesta etapa de ensino.

Dessa forma, o apoio Psicopedagógico também poderá contribuir, por meio das melhorias do potencial de aprendizagem dos discentes, com o desempenho dos mesmos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que tem o objetivo de medir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

Não se pode esquecer das adequações em termos de acessibilidade e currículo que a inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE's), que frequentam a Instituição, o que pode ajudar a reduzir problemas de evasão e de insucesso acadêmicos, dentre outras contribuições que justificam a importância do Psicopedagogo na Educação Superior.

Embora a literatura traga muitas contribuições da psicopedagogia no processo de aprendizagem, não contamos com muitas publicações voltadas para essa prática na educação superior. A partir desse estudo foi possível constatar as inúmeras contribuições que a Psicopedagogia pode trazer ao discente do Ensino Superior. Ao final, constatamos ser o atendimento psicopedagógico contribui no processo de aprendizagem, de adaptação do acadêmico além de fortalecer a política de inclusão e democratização no acesso e permanência com sucesso dos ingressos na educação superior.



VI. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Franciele de; SILVA, Marita Bertassoni. **Psicopedagogia para adultos - psicoandragogia: uma proposta de atendimento psicopedagógico para adolescentes e adultos jovens**. RUBS, Curitiba, v.1, n.4, sup.1, p.46-48, out./dez. 2005.

ALMEIDA, Isabella Santos de. **A importância de um psicopedagogo em uma instituição escolar**. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2010.

AZEVEDO, A. S. & FARIA, L. **Motivação, sucesso e transição para o ensino superior**. Psicologia, v.20, n.2, p.69-93, 2006.

BARBOSA, L. M. S. **A Psicopedagogia no Âmbito da Instituição Escolar**. In: A Leitura do Emergente e do Latente na Instituição Escolar. Curitiba: Expoente, 2001.

BERBEL, N.A.N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, 2011. In: MELO, Renata dos Anjos. "A Educação Superior e as Metodologias Ativas de Ensino-aprendizagem: uma análise a partir da educação sociocomunitária. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo SP, 2017.

BISSOTO, Maria L. **As metodologias ativas e suas correlações com os processos cognitivos humanos: implicações para o ensino de adultos**; In: Anais..., IX EPEMM (Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar, 9). Campinas-SP, 2015 Disponível em: http://www.lo.unisal.br/sistemas/conise2015/anais/31_13500233_ID.pdf Acesso em: 01/11/2021.

BOSSA, Nádia Aparecida. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre; Artes Médicas, 2000.

BORGES, Tiago Silva. ALENCAR, Gildélia. **Metodologias Ativas na Promoção da Formação Crítica do Estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do Ensino Superior**. Cairu em Revista. Jul/Ago 2014, Ano 03, nº 04, p. 1 19-143.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

CAVALCANTE & GAYO. **Andragogia na educação: a Educação em Debate**, Fortaleza, Ano 16, nº 27 e 28, p 31-50, 2005.



CARRARA, João Alfredo. **Desenvolvimento e Aprendizagem: Uma revisão segundo Ausubel, Piaget e Vygotsky**. 2004.

CASTRO, Emerson Luiz. AMORIM, Elaine Soares de. **Psicopedagogia na Educação Superior: possibilidade ou necessidade?** Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2011. 64 p.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAMORRO-ATALAYA, Omar; MORALES-ROMERO, Guillermo; QUISPE-ANDÍA, Adrián; TRINIDAD-LOLI, Nicéforo; CAYCHO-SALAS, Beatriz; LEÓN-VELARDE, Cesar; GAMARRA-MENDOZA, Sofia. Distance Education and Student Satisfaction Regarding the Pedagogical Support Services Provided in Virtual Teaching-learning Environments. **International Journal Of Emerging Technologies In Learning (Ijet)**, [S.L.], v. 16, n. 20, p. 255, 25 out. 2021. International Association of Online Engineering (IAOE). <http://dx.doi.org/10.3991/ijet.v16i20.24559>.

DEMO, P. **Introdução ao ensino da metodologia da ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

FERRARI, Rosane de Fátima. CANCI, Adriana. **Dificuldades de Aprendizagem no Ensino Superior**. URI – Campus de Frederico Westphalen – RS, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOTTLIEB, B. H., Still, E., & Newby-Clark, I. R. (2007). **Types and precipitants of growth and decline in emerging adulthood**. *Journal of Adolescent Research*, 22, 132-155.

JOHNSON, Doris J. e MYKLEBUST, Helmer R. **Distúrbios de Aprendizagem**. 3. Ed. São Paulo: Pioneira, 198.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Atendimento Psicopedagógico no Ensino Superior: Buscando Condições para Aprendizagem Significativa**. 2008. *IN: PINTO, Suelem. Psicopedagogia no Ensino Superior: Contribuições para o Desenvolvimento de Aprendizagens Significativas*. João Pessoa: 2012.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **O processo de Escolha do curso Superior: análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares**. GT: Sociologia da Educação / nº 14 - UFMG, 2007.



QUINTANA, Mabel Sala. **Psicopedagogia na universidade, uma necessidade**, 2004. *IN*: PINTO, Suelem. *Psicopedagogia no Ensino Superior: Contribuições para o Desenvolvimento de Aprendizagens Significativas*. João Pessoa: 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

ROGERS, Carl. *In*: **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RONCAGLIO, Sônia Maria. **A Relação Professor-Aluno na Educação Superior: a Influência da Gestão Educacional**. Faculdade Evangélica do Paraná – FEPAR - Revista Psicologia, Ciência e Profissão, 2004, 24 (2), 100-111.

SAMPAIO, Simaia. **Um pouco da história da psicopedagogia**. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/ponto-devista-psicopedagogia-contexto-conceito-e-atuacao/4382> Acessado em: Novembro de 2021.

SINAES – **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 2ª ed., ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira et all. **Adaptação à universidade em jovens calouros**. Revista Brasileira da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Volume 12, Número 1 – Janeiro/Junho, 2008. P. 185-202.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.